

ECOANSIEDADE NA GESTÃO PÚBLICA EM SAÚDE: A PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E ECOPSICOLOGIA

Luísa Janaina Lopes Barroso Pinto ¹

Raquel Figueiredo Barretto ²

Gabriele Ferreira da Silva ³

Jose Henrique Batista Monteiro⁴

Resumo: A ansiedade climática ou ecoansiedade (angústia relacionada às crises climáticas e ecológicas) está ganhando cada vez mais atenção em todo o mundo. Nesse sentido, o objetivo deste estudo foi apresentar reflexões em um modelo teórico-metodológico para a compreensão e enfrentamento da ecoansiedade no âmbito da gestão pública em saúde. Como resultado, a inserção da Ecopsicologia no campo dos programas psicossociais públicos e da Educação Ambiental em consonância aos saberes e práticas sociais locais, podem ser catalisadores, gerar manifestações e intervenções positivas nos cenários cataclísmicos, fortalecendo os esforços na busca de uma governança efetiva no contexto de crise.

Palavras-chave: Ecoansiedade; Gestão Pública em Saúde; Ecopsicologia; Educação Ambiental.

Abstract: Climate anxiety or eco-anxiety (distress related to climate and ecological crises) is gaining increasing attention worldwide. In this context, the aim of this study was to present reflections within a theoretical-methodological framework for understanding and addressing eco-anxiety in the realm of public health management. As a result, the integration of Ecopsychology into public psychosocial programs and Environmental Education, aligned with local knowledge and social practices, can serve as catalysts, fostering positive manifestations and interventions in catastrophic scenarios and strengthening efforts toward effective governance in times of crisis.

Keywords: Eco-anxiety; Public Health Management; Ecopsychology; Environmental Education.

¹Universidade de Fortaleza. E-mail: janainapesca@gmail.com .

Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2215588877271937>

²Universidade de Fortaleza. E-mail: raquelfbarretto@gmail.com.

Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8674003033685287>

³ Universidade Estadual do Ceará. E-mail: gabriele.4@gmail.com.

Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8300275519832845>

⁴ Universidade de Fortaleza. E-mail: henriquemonteiro@unifor.br.

Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0444789772838973>

Introdução

A ansiedade climática ou ecoansiedade (angústia relacionada às crises climáticas e ecológicas) está ganhando cada vez mais a atenção em todo o mundo, à medida em que as pessoas se tornam cada vez mais conscientes das ameaças globais atuais e futuras associadas ao aquecimento do nosso planeta (Pihkala, 2020).

A evidente intensificação da crise transdimensional que atravessa o tecido ecossistêmico e a crescente frequência de eventos extremos impactam vidas e comunidades, dentro da perspectiva global. A crise climática tem importantes implicações a longo prazo para a saúde física e mental, como resultado de mudanças ambientais agudas e crônicas, desde tempestades e incêndios florestais até a mudança de paisagens e ao aumento das temperaturas (Verplanken; Marks; Dobromir, 2020).

Eventos climáticos menos perceptíveis, mas profundamente prejudiciais, de início lento, estão alterando a distribuição de doenças infecciosas, afetando a segurança alimentar, acometendo infraestruturas essenciais e minando os determinantes socioeconômicos da saúde (Oppermann *et al.*, 2021). Como resultado, os impactos das alterações climáticas na saúde física e mental estão aumentando rapidamente. Embora nenhuma região esteja isenta de ser afetada, as populações mais vulneráveis e carentes, que muitas vezes menos contribuíram para as alterações climáticas, são afetadas de forma desproporcional – uma consequência direta de injustiças estruturais e de dinâmicas de poder prejudiciais, tanto entre como dentro dos países (Islam; Winkel, 2017; Lancet Countdown, 2023).

Num episódio nacional recente, os eventos climáticos registrados no final do mês de abril e início de maio/2024 no estado do Rio Grande do Sul, apresentaram valores elevados de precipitação, causando inundações e movimentos de massa em diversos municípios do estado, reverberando diretamente no impacto estrutural no país em decorrência das mudanças climáticas. Ou seja, o referido evento climático promoveu densa migração de sua população e trouxe graves consequências diretas na saúde física e mental dos moradores. As alterações climáticas têm implicações importantes para a saúde e o futuro das populações e comunidades, adicionando o fato ainda de que os afetados possuem pouco poder para limitar os seus danos, tornando-os vulneráveis, ainda mais, ao medo, tristeza, frustração, estresse e ansiedade relacionados às mudanças ambientais em suas rotinas, ou seja, prováveis ecoansiosos.

Artífice do termo e pesquisador seminal da problemática, Albrecht *et al.* (2007) estruturou o estudo da ecoansiedade, sob o termo solastalgia que considera a percepção que a crescente conscientização da degradação ambiental associada à percepção de que poucas pessoas se preocupavam com o assunto, bem como também à falta de compromisso de empresas e políticos em relação aos impactos de ações desastrosas sobre o planeta, estava levando pessoas a desenvolverem uma sensação de desesperança e impotência, causando

Revbea, São Paulo, V. 20, Nº 5: 223-235, 2025.

sofrimento psíquico. Ao contrário da nostalgia, a melancolia ou saudade de casa experimentada por indivíduos quando separados de um lar amado, a solastalgia é o sofrimento produzido pela mudança ambiental que impacta as pessoas enquanto elas estão diretamente conectadas ao seu ambiente doméstico (Albrecht *et al.*, 2007). Em situações ameaçadoras e incertas como a crise climática, esta resposta pode ser vista como aquilo que é por vezes referido como ansiedade prática (Clayton; Karazsia, 2020; Verplanken; Marks; Dobromir, 2020). Embora a temática seja dolorosa e angustiante, os estudos na ótica de acolhida e enfrentamento à ansiedade climática ainda são incipientes. Diante deste cenário tem-se os seguintes questionamentos: Seria a atenção ao fenômeno da ansiedade climática necessária para os programas psicossociais públicos? Quais as medidas da gestão pública em saúde potencialmente relevantes no enfrentamento deste fenômeno?

Problema de Pesquisa e Objetivo

Há cerca de vinte milhões de novos refugiados climáticos por ano no mundo, e a previsão do Banco Mundial é que até 2050, duzentos e dezesseis milhões de pessoas deixem seus países por causa de mudanças climáticas, perda de biodiversidade, escassez de água potável, erosão, mineração ou agronegócio (Pêgo *et al.*, 2023).

A Organização Meteorológica Mundial (OMM) oficializa que 2023 foi o ano mais quente já registrado⁴. Seis conjuntos de dados internacionais confirmaram que a média global anual foi 1,45°C acima dos níveis pré-industriais, com margem de erro de mais ou menos 0,12°C. O valor se aproxima cada vez mais de 1,5°C, o marco limite do Acordo de Paris⁵. Segundo a OMM, o ano de 2024 pode ser ainda mais quente, acompanhado por enormes impactos socioeconômicos (WMO, 2023). Ainda em 2023, o Relatório da Lancet Countdown divulgou que nos últimos 20 anos, o aumento da mortalidade relacionada ao calor excessivo cresceu 54%, e que a inação climática está hoje custando vidas e meios de subsistência. Novas projeções globais apontam que o adiamento de ações contra as mudanças climáticas representa uma ameaça cada vez mais grave à saúde (Lancet Countdown, 2023).

Com o aprofundamento do tema, observam-se estudos e relações envolvendo diferentes populações, além de um aumento consistente das angústias associadas à tese. Hickman et al. (2021), por exemplo, tiveram como

⁴ A OMM foi fundada em 1950 e se tornou uma agência especializada das Nações Unidas (ONU) em 1951, para a Meteorologia (tempo e clima), hidrologia operacional e ciências geofísicas. A sede da OMM fica localizada em Genebra, Suíça e, desde 4 de dezembro de 2009, é composta por 189 membros (sendo 183 estados e 6 territórios). O Brasil é um estado-membro desde a fundação da OMM⁴.

⁵ O Acordo de Paris foi assinado em 12 de dezembro de 2015 e passou a valer em 4 de novembro de 2016 (Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/entenda-o-acordo-de-paris-assinado-por-196-paises-e-discutido-nacop27/#:~:text=O%20Acordo%20de%20Paris%20foi,que%20o%20documento%20tivesse%20validade>>

objetivo entender os sentimentos, pensamentos e impactos funcionais associados às mudanças climáticas entre jovens. Foram consideradas as respostas de uma população de 10 mil participantes. Eram elegíveis se tivessem entre 16 e 25 anos e vivessem em um dos dez países selecionados (Austrália, Brasil, Finlândia, França, Índia, Nigéria, Filipinas, Portugal, Reino Unido e EUA). Ao final, os entrevistados de todos os países considerados no estudo estavam preocupados com as mudanças climáticas (59% estavam muito ou extremamente preocupados e 84% estavam pelo menos moderadamente preocupados). Mais de 50% relataram cada uma das seguintes emoções: triste, ansioso, bravo, impotente, desamparado e culpado. Mais de 45% dos entrevistados disseram que seus sentimentos sobre as mudanças climáticas afetaram negativamente sua vida diária, e muitos relataram um alto número de pensamentos negativos sobre as mudanças climáticas (por exemplo, 75% disseram que acham que o futuro é assustador e 83% disseram que acham que as pessoas falharam em cuidar do planeta) (Hickman *et al.*, 2021).

No Brasil, com um vasto e heterogêneo território, e de miscelânea cultural, eventos climáticos extremos são cada vez mais frequentes. Estudo realizado pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), contabilizou que entre 1º outubro de 2017 até 17 de janeiro de 2022 os prejuízos econômicos aos Municípios afetados contabilizaram cerca de R\$ 55,5 bilhões. Nestes seis anos foram contabilizados que 637 pessoas perderam suas vidas por causa dos desastres decorrentes das chuvas. O período sazonal das chuvas de 2018/2019, por exemplo, registrou 327 óbitos, 171,7 mil pessoas ficaram desabrigadas e 819,8 mil ficaram desalojadas. O período foi o mais problemático da história e deixou mais de 14,8 milhões de pessoas afetadas pelas chuvas, até 2024, quando um evento fora de qualquer expectativa ocorreu no estado do Rio Grande do Sul.

Dessa forma, consolida-se a perspectiva das funções clássicas do Estado — alocativa, distributiva e estabilizadora em contextos de crise —, compreendendo-se que a governança e os mecanismos voltados à saúde mental, enquanto área historicamente subfinanciada do Sistema Único de Saúde, precisam se afastar da inação. Por sua vez, o modelo de governança atual expõe mecanismos de avaliação não incorporados à gestão política de saúde cujo foco deveria ser os preceitos do modelo psicossocial. Assim, infere-se que os mecanismos de avaliação precisam ser, urgentemente, ampliados (Onocko-Campos, 2019). Nesse sentido, o objetivo deste estudo foi apresentar reflexões em um modelo teórico-metodológico para a compreensão e enfrentamento da ecoansiedade no âmbito da gestão pública em saúde.

Fundamentação Teórica

Ecoansiedade

As mudanças climáticas constituem uma ameaça substancial ao bem-estar dos ecossistemas, das sociedades e dos indivíduos, com um número crescente de pesquisas destacando suas repercussões na saúde mental (OMS, 2022). Os efeitos diretos dos eventos extremos ambientais sobre a saúde são amplamente conhecidos e reconhecidos; no entanto, os impactos sobre o estado emocional ainda carecem de investigações mais aprofundadas.

Para fins de exemplificação: um verão quente recorde causou quase 62.000 mortes na Europa em 2022 (Ballester *et al.*, 2024); inundações extremas afetaram 33 milhões de pessoas no Paquistão e 3,2 milhões de pessoas na Nigéria (Otto *et al.*, 2023); os países do Chifre da África (Etiópia, Eritreia, Somália, Djibouti, Quênia e Sudão) enfrentam, desde o fim de 2020, a pior seca (Kimutai *et al.*, 2023). Esse agravamento das alterações climáticas, contribuem, significativamente, para o agravamento da insegurança alimentar, que afeta, atualmente, 46,3 milhões de pessoas (FAO, 2023). Incêndios florestais queimaram partes da Europa (Toreti *et al.*, 2022), América do Sul (Naumann *et al.*, 2022) e China (Wong; Huang, 2022).

Neste cenário, pouco se sabe sobre os potenciais efeitos de curto e longo prazo na saúde mental das populações. Ainda nesta perspectiva, os estudos existentes sugerem que a ansiedade climática tende a ocorrer particularmente em pessoas mais jovens devido ao aumento da consciência e preocupações com as mudanças climáticas (Hornsey *et al.*, 2016). Em outro estudo, Wu e colegas (2020) afirmam que a ansiedade climática ocorre principalmente em países de baixa renda, localizados em áreas mais diretamente afetadas pelas mudanças climáticas. Sob este prisma, deve-se ter cautela para não patologizar a ansiedade climática como um transtorno de exclusiva ordem mental, porque pode transmitir a errônea mensagem de que é um problema individual, ou um problema causado por algum tipo de disfunção dentro do indivíduo (Bhullar *et al.*, 2022).

Stein *et al.*, (2021) alertam contra a classificação de variações comportamentais como uma doença ou transtorno. A natureza da ansiedade climática percebida por diferentes lentes culturais, também pode impedi-la de satisfazer os critérios de diagnóstico para um transtorno mental, e é difícil evidenciar essa ansiedade como sendo excessiva, devido à ameaça genuína da mudança climática ao bem-estar individual e coletivo (Scott-Parker; Kumar, 2018). Considerando a discussão evidenciada e ratificando que os territórios, depois de sucessivas tragédias como a brasileira, estão vulneráveis à problemas de saúde mental, há uma necessidade emergente de determinar se a ansiedade climática é potencialmente merecedora da atenção dos programas psicossociais públicos, considerando que população que habita estas localidades apresentou maior suscetibilidade em uma série de aspectos emocionais negativos, dentre eles ansiedade, ecoansiedade, depressão, estresse pós traumático, sofrimentos, lutos, entre outros.

Gestão em Saúde

Os desastres ambientais promovem desafios tanto para as organizações quanto para as instituições públicas, pois estratégias de contenção e redução de impactos são, cada vez mais, ansiadas e desejadas pela população, que sofre em situações de desastres, tanto pelas perdas materiais quanto emocionais (Itani; Vilela Jr, 2007).

Portanto, emerge a necessidade de políticas de saúde, que são práticas advindas de uma organização (Estado), que ao identificar as condições de saúde dos indivíduos, pode promover e determinar a gestão de bens e serviços ligados à saúde dos mesmos (Paim; Teixeira, 2006). Conforme os mesmos autores, observa-se também a complexidade engendrada nessa área, logo que, as decisões a serem tomadas são subsidiadas por momentos de falta de conhecimento e outros em que há um adiamento dessas decisões.

A partir de Possato e Pereira (2022), evidencia-se a ocorrência de inúmeros eventos climáticos, em diversas proporções, os quais geram inúmeras consequências para as pessoas afetadas. Dessa maneira, é estimado que ocorram intervenções a fim de atender às necessidades dessa população, e um planejamento que envolva políticas públicas, para atenuar, também, as disfunções psicológicas.

Além disso, conforme Noal, Rabelo e Chachamovich (2019), a população impactada por um desastre ambiental sofre, também, com danos à sua saúde mental. Esses indivíduos podem desenvolver crises emocionais e estresse, o que, por sua vez, podem acarretar transtornos de ansiedade e depressão. A ruptura brusca de atividades cotidianas geradas a partir de um desastre ambiental podem acarretar doenças psicológicas, devendo, sim, a Gestão Pública atenuar essa problemática (Silva; Silva; Dal Molin, 2024).

É de amplo conhecimento que há um aumento considerável dessas ocorrências e desastres ambientais, portanto, é necessário que todas as nuances que envolvem esse fenômeno sejam amplamente reconhecidas (Pacheco e Souza, 2017). Para além do atendimento ao indivíduo no momento do desastre, é imensamente importante que sejam debatidas atuações às vítimas de eventos/desastres após a ocorrência dos mesmos (Pacheco e Souza, 2017). A recuperação pós-evento é tão importante quanto no momento em que este acontece, uma vez que as pessoas impactadas ainda precisam continuar suas vidas nas localidades atingidas (Pacheco e Souza, 2017).

O evento extremo Rio Grandense

As mudanças ambientais podem romper vínculos afetivos construídos ao longo do tempo com determinados territórios. O apego ao lugar tem uma qualidade temporal importante (Askland; Bunn, 2018) que pode desencadear memórias passadas e conexões pessoais com lugares que contribuem para a auto conceitualização no presente (Wright, 2012).

A tragédia ocorrida no estado do Rio Grande do Sul, por exemplo, deixou marcas dolorosas e intensas para todos que vivenciaram aquele período, o que gerou grandes impactos e consequências para a população local, que precisou se restabelecer tanto financeira quanto emocionalmente (Orsini, 2024; Krüger, 2024).

Conforme Silva, Silva e Dal Molin (2024), o estado do Rio Grande do Sul vem sendo atingido, há alguns anos, por eventos climáticos extremos. Contudo, em Abril/Maio de 2024, as chuvas torrenciais foram mais prejudiciais à população, sendo considerado o mais severo evento climático na região desde o ano de 1941. Ao todo, 463 municípios foram atingidos com perdas irreparáveis para as pessoas que ali residiam.

Dessa forma, compreende-se que a população sul-rio-grandense, ao vivenciar essa tragédia climática intensa que foram as inundações, tornou-se suscetível à múltiplos estressores, que vão desde a perda de bens, separação de familiares, cotidiano alterado e o pior, o luto familiar (Lourenço *et al.*, 2024).

Em complemento, é compreensível que a população, ao retornar suas atividades habituais, após a tragédia, seja amparada psicologicamente, pois deverão construir e se adaptar a uma nova rotina e enfrentar as perdas ocorridas, para que assim consigam superar esse momento de crise (Lourenço *et al.*, 2024).

Discussão

Ao se conceituar a ecoansiedade — ou ansiedade climática — como o medo crônico diante da possibilidade de um colapso ambiental, intensificado pela observação dos impactos das mudanças climáticas e pela preocupação contínua com o futuro, tanto individual quanto das próximas gerações, entende-se que a gestão pública em saúde, por meio de seus programas psicossociais, representa uma plataforma essencial no enfrentamento de tragédias ambientais e na promoção de ações preventivas de Educação Ambiental, respeitando e integrando as especificidades culturais locais.

Em muitas pessoas, além das vítimas diretas, após a ocorrência de um desastre, as sensações de medo e angústia tendem a ser substituídas por sentimentos de tristeza (Silva; Silva; Dal Molin, 2024). Em eventos como os vivenciados na recente tragédia brasileira no território riograndense, percebeu-se que a atuação deve ponderar o fato de não dever ser uma abordagem interpretativa, o foco é não fazer a pessoa pensar no desastre ou refletir sobre.

A Ecopsicologia está entre os novos saberes que emergiram no século XX guiados por uma visão complexa do meio ambiente e do ser humano. Baseada no pensamento sistêmico e na Ecologia Profunda, a Ecopsicologia faz uma crítica à sociedade de consumo e aponta para a existência de uma sinergia entre bem-estar psicológico e a conservação ambiental.

Para a Ecopsicologia, a crise ambiental é acompanhada de uma crise existencial humana. Sendo assim, compreende que não é possível abordar os problemas ambientais sem investigar também os determinantes psicológicos dos

processos sustentáveis e insustentáveis (Carvalho, 2013) Uma das estratégias da Ecopsicologia para a transformação da relação humana com o planeta é a Educação Ambiental.

Na perspectiva da Ecopsicologia, ao mesmo tempo em que a Educação Ambiental deve ser abordada de forma crítica, também precisa possibilitar o desenvolvimento de pertencimento à natureza, por meio da ampliação da identidade. A Educação Ambiental, nesse contexto de mudanças paradigmáticas diante das ameaças à saúde e à qualidade de vida - tanto dos seres humanos quanto de todos os seres do planeta -, decorrentes de um modo de vida insustentável, surge como um instrumento fundamental na busca pelo controle e pela reversão das complexas e recorrentes crises ambientais. (Bôlla, 2019).

Há uma percepção dentro do escopo da ecologia política que aponte para novos paradigmas da Educação Ambiental. Essa percepção é constituída por elementos objetivos e subjetivos, racionais e não-racionais, que se desenvolvem ao longo da vida dos humanos, em constante ressignificação de sentidos em momentos de crises (Tuan, 2012; Orsi et al., 2015). Ela ultrapassa a simples percepção da paisagem (*landscape perception*), abrangendo também a consciência do tempo e das ações humanas e não humanas que moldam o ambiente; o despertar da consciência ambiental por parte dos seres humanos; a reflexão crítica sobre o passado, o presente e o futuro — incluindo o planejamento e a gestão do espaço; além dos vínculos afetivos estabelecidos com o lugar em que se vive (Fonseca, 2024).

Kamidin et al (2010) ratificaram a percepção da relação entre Educação Ambiental e ecopsicologia. Foi realizado um estudo com dois grupos de professores em formação na Malásia, em que um dos grupos participou de atividades de Educação Ambiental e outro não. No grupo em que houve atividades de Educação Ambiental, constatou-se que a Ecopsicologia fortaleceu a Educação Ambiental. De acordo com os autores, a presença da Ecopsicologia contribuiu para um maior engajamento dos futuros profissionais na adoção de ações positivas em relação ao ambiente, estimulados pela motivação despertada através do trabalho com a subjetividade e pela ampliação de sua concepção de identidade.

É destacada na gestão ambiental a importância da Educação Ambiental para promover o entendimento do ambiente em seus aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos, a partir de um ponto de vista holístico, humanista, participativo e transdisciplinar, visando a sustentabilidade. Dessa forma, a governança em saúde pública é intensificada pela ação de catalisadores, como demonstrado na figura 01.

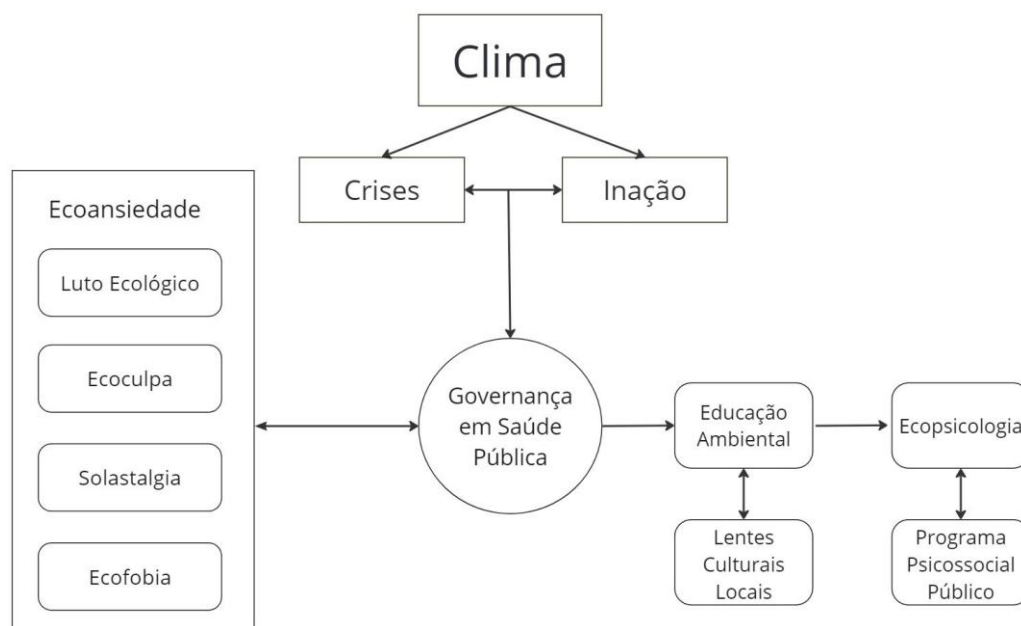


Figura 1 - Modelo de resposta à relação da ansiedade climática e a governança em saúde pública
Fonte: Elaboração própria (2024).

Deste modo, a inserção da ecopsicologia no campo dos programas psicossociais públicos e da Educação Ambiental em consonância aos saberes e práticas sociais locais, podem ser catalisadores, gerar manifestações e intervenções positivas nos cenários cataclísmicos. E ainda colaborar para a compreensão de distintos modelos de gestão, fortalecendo os esforços na busca de uma governança efetiva no contexto de crise.

Conclusão / Contribuição

A mudança climática tem implicações importantes para a saúde e o futuro de distintas populações. As populações, por sua vez, têm pouco poder para limitar os danos ambientais sofridos, tornando-se, assim, vulneráveis à ansiedade climática. A mudança climática é um problema que requer soluções criativas como o aumento da conscientização pública, mudança de comportamento e ação governamental (Bhullar et al., 2022)

As alterações do clima são cada vez mais evidentes e acarretam riscos tanto para a saúde física quanto mental das populações (IPCC,2022). Considerando que as camadas da população socioeconomicamente dependente dos programas de saúde mental públicos se encontram mais vulneráveis, o presente estudo levantou possibilidades para a gestão e enfrentamento dos cenários de crises no contexto climático com uma plataforma analítica propositiva, trazendo a Educação Ambiental e a ecopsicologia como catalisadores desse processo.

Como contribuição, o estudo apresentou, além de reflexões da temática emergente eco ansiedade/ ansiedade climática, um modelo teórico-metodológico para a compreensão e enfrentamento da ecoansiedade no âmbito da gestão pública em saúde, enfatizando a transdisciplinaridade como força motriz na captura de soluções aos frequentes episódios relacionados a crises da ordem climática.

Como limitações deste estudo, tem-se a sua própria natureza, uma vez que se trata de um artigo teórico. Ou seja, não se pode trazer dados empíricos no contexto da governança. Considerando a complexidade do tema e seus múltiplos elementos, é fundamental destacar a importância da simetria de ações no corpo social, especialmente diante das características previamente apresentadas sobre o problema do Antropoceno. Trata-se de um processo de responsabilização intergeracional, embora seja a sociedade atual a principal incumbida de buscar soluções para enfrentá-lo.

Referências

ALBRECHT, Glenn; SARTORE, Gina-Maree; CONNOR, Linda; HIGGINBOTHAM, Nick; FREEMAN, Sonia; KELLY, Brian; STAIN, Helen; TONNA, Anne; POLLARD, Georgia. Solastalgia: the distress caused by environmental change. **Australasian psychiatry**, v. 15, n. 1_suppl, p. S95-S98, 2007.

ASKLAND, Hedda Haugen; BUNN, Matthew. Lived experiences of environmental change: Solastalgia, power and place. *Emotion*, **Space and Society**, v. 27, p. 16-22, 2018.

BALLESTER, Joan; QUIJAL-ZAMORANO, Marcos; TURRUBIATES, Raúl Fernando Méndez; PEGENAUTE, Ferran; HERRMANN, François R.; ROBINE, Jean Marie; BASAGAÑA, Xavier; TONNE, Cathryn; ANTÓ, Josep M.; ACHEBAK, Hicham. Author correction: Heat-related mortality in Europe during the summer of 2022. **Nature medicine**, v. 30, n. 2, p. 603-603, 2024.

BHULLAR, Navjot; DAVIS, Mackenzie; KUMAR, Ranjit; NUNN, Patrick; RICKWOOD, Debra. Climate anxiety does not need a diagnosis of a mental health disorder. **The Lancet Planetary Health**, [S.l.], v. 6, n. 5, p. e383, 2022. Elsevier.

BÔLLA, Kelly Daiane Savariz. A natureza precisa das crianças e as crianças precisam da natureza: a integração entre ecopsicologia e educação como um caminho para o bem-estar e a sustentabilidade. **Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais (Doutorado)** da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, 2019.

CARVALHO, Marco Aurélio Bilibio. De frente para o espelho: ecopsicologia e sustentabilidade. **Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável**, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

CLAYTON, Susan; KARAZSIA, Bryan T. Development and validation of a measure of climate change anxiety. **Journal of environmental psychology**, v. 69, p. 101434, 2020.

Revbea, São Paulo, V. 20, Nº 5: 223-235, 2025.

FAO; IFAD; UNICEF; WFP; WHO. The State of Food Security and Nutrition in the World 2023. Rome: FAO, 2023. Disponível em: <<https://www.fao.org/publications/sofi/2023/en/>>. Acesso em: 10 jul. 2024.

FONSECA, Ana Silvia Andreu. Imagens poéticas do fim do mundo: arte, eco-comunicação e percepção ambiental. **Ambiente & Sociedade**, v. 27, 2024.

HICKMAN, Caroline; MARKS, Elizabeth; PIHKALA, Panu; CLAYTON, Susan; LEWANDOWSKI, Eric; MAYALL, Elouise; WRAY, Britt; MELLOR, Catriona; SUSTEREN, Lise Van. Climate anxiety in children and young people and their beliefs about government responses to climate change: a global survey. **The Lancet Planetary Health**, v. 5, n. 12, p. e863-e873, 2021.

HORNSEY, Matthew J.; HARRIS, Emily A.; BAIN, Paul G.; FIELDING, Kelly S. Meta-analyses of the determinants and outcomes of belief in climate change. **Nature Climate Change**, [S.l.], v. 6, n. 6, p. 622-626, 2016. Springer Nature.

IPCC – INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE. **Climate change 2022: impacts, adaptation and vulnerability: summary for policymakers: contribution of Working Group II to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change**. Cambridge: Cambridge University Press, 2022.

ISLAM, Nazrul; WINKEL, John. **Climate change and social inequality**. 2017.

ITANI, Alice; VILELA JUNIOR, Alcir; MEIO AMBIENTE & SAÚDE: DESAFIOS PARA A GESTÃO. – **Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente** - v.1, n.3, Artigo 2, abril 2007.

KAMIDIN, Tiwi; MUDA, Azizi; ROSLAN, Samsilah; KONTING, Mohd Majid; MD JAH, Jamaluddin; RASHID, Noriati A. Inception of eco-psychology elements in environmental education among teacher trainees. **Malaysian Journal of Environmental Management**, n. 2, p. 79-94, 2010. Universiti Kebangsaan Malaysia.

KIMUTAI, Joyce; BARNES, Clair; ZACHARIAH, Mariam; PHILIP, Sjoukje Y.; KEW, Sarah F.; PINTO, Izidine; WOLSKI, Piotr; KOREN, Gerbrand; VECCHI, Gabriel A.; YANG, Wenchang; LI, Sihan; VAHLBERG, Mika; SINGH, Radhika; HEINRICH, David; PEREIRA, Carolina M.; ARRIGHI, Julie; THALHEIMER, Lisa; KANE, Courtney; OTTO, Friederike E. L. Human-induced climate change increased 2021–2022 drought severity in Horn of Africa. **Weather and Climate Extremes**, [S.l.], v. 47, p. 100745, 2023. Elsevier.

KRÜGER, Aline Carmes. Desastres ambientais: as memórias perdidas no Rio Grande do Sul. **ÁGORA: Arquivologia em debate**, [S. l.], v. 34, n. 68, p. 1–2, 2024.

LANCET COUNTDOWN. **The Lancet Countdown 2023 report: Accelerating action to 2030**. 2023. Disponível em: <<https://www.lancetcountdown.org/2023-report/>>. Acesso em: 16 jun. 2024.

LOURENÇO, Ricardo do Vale; TEIXEIRA, Aldira Samantha Garrido;

RODRIGUES, Evellyn da Silva; DAUDT, Fabiani Warol. Os efeitos das inundações e alagamentos na saúde mental e na incidência de doenças. **Anais da 7ª Semana de Educação**, v. 7, n. 1, p. 45-60, 2024. Seven Publicações.

NAUMANN, G.; PODESTA, G.; MARENGO, J.; LUTERBACHER, J.; BAVERA, D.; ACOSTA NAVARRO, J.; ARIAS-MUÑOZ, C.; BARBOSA, P.; CAMMALLERI, C.; CUARTAS, L. A.; DE ESTRADA, M.; DE FELICE, M.; DE JAGER, A.; ESCOBAR, C.; FIORAVANTI, G.; GIORDANO, L.; HRAST ESSENFELDER, A.; HIDALGO, C.; LEAL DE MORAES, O. L.; MAETENS, W.; MAGNI, D.; MASANTE, D.; MAZZESCHI, M.; OSMAN, M.; ROSSI, L.; SELUCHI, M.; DE LOS MILAGROS SKANSI, M.; SPENNEMANN, P.; SPINONI, J.; TORETI, A.; VERA, C. Extreme and long-term drought in the La Plata Basin: event evolution and impact assessment until September 2022. **Publications Office of the European Union**, [S.I.], 2023. ISBN 978-92-76-61614-6.

NOAL, Débora da Silva; RABELO, Ionara Vieira Moura; CHACHAMOVICH, Eduardo. O impacto na saúde mental dos afetados após o rompimento da barragem da Vale. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, n. 5, p. e00048419, 2019.

ONOCKO-CAMPOS, Rosana Teresa. Saúde mental no Brasil: avanços, retrocessos e desafios. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, p. e00156119, 2019.

OPPERMANN, Elspeth; KJELLSTROM, Tord; LEMKE, Bruno; OTTO, Matthias; LEE, Jason Kai Wei. Establishing intensifying chronic exposure to extreme heat as a slow onset event with implications for health, wellbeing, productivity, society and economy. **Current Opinion in Environmental Sustainability**, v. 50, p. 225-235, 2021.

ORSI, R.; WEILER, J.; CARLETTO, D.; VOLOSZIN, M. Percepção ambiental: uma experiência de ressignificação dos sentidos. **REMEA – Rev Eletr do Mest em Educ Amb**, v. 32, n. 1, 2015.

ORSINI, Marco. A enchente que não se enxerga. **Enfermagem Brasil**, v. 23, n. 1, p. 1257- 1257, 2024.

OTTO, Friederike E. L.; ZACHARIAH, Mariam; SAEED, Fahad; SIDDIQI, Ayesha; KAMIL, Shahzad; MUSHTAQ, Haris; ARULALAN, T.; ACHUTARAO, Krishna; CHAITHRA, S. T.; BARNES, Clair. Climate change increased extreme monsoon rainfall, flooding highly vulnerable communities in Pakistan. **Environmental Research: Climate**, [S.I.], v. 2, n. 2, 17 mar. 2023. IOP Publishing Ltd.

PACHECO, Raquel Ferreira; SOUZA, Silvia Regina Eulálio. A psicologia junto às políticas públicas em situações de emergências e desastres. **Pretextos–Revista de Graduação em Psicologia da PUC Minas**, v. 2, n. 3, 2017.

PAIM, Jairnilson Silva; TEIXEIRA, Carmen Fontes. Política, planejamento e gestão em saúde: balanço do estado da arte. **Rev Saúde Pública**, 2006;40 (N Esp):73-8.

PÊGO, Bolívar; NAGAMINE, Líria; KRÜGER, Caroline; MOURA, Rosa (org.). **Fronteiras do Brasil: o litoral em sua dimensão fronteiriça**. Brasília: Ipea, 2023.

Revbea, São Paulo, V. 20, Nº 5: 223-235, 2025.

PIHKALA, Panu. Anxiety and the ecological crisis: An analysis of eco-anxiety and climate anxiety. **Sustainability**, v. 12, n. 19, p. 7836, 2020.

POSSATO, André; PEREIRA, Beatriz. Políticas públicas de saúde nas emergências em desastres: Contribuições da psicologia. **Cadernos De Psicologia**, v. 4, n. 7, 2022.

SCOTT-PARKER, Bridie; KUMAR, Roselyn. Fijian adolescents' understanding and evaluation of climate change: Implications for enabling effective future adaptation. **Asia Pacific Viewpoint**, v. 59, n. 1, p. 47-59, 2018.

SILVA, Diego; SILVA, Rosa Kioko Ilda; DAL MOLIN, Evandinei. Intervenções em riscos e desastres: o papel da psicologia no acolhimento das demandas emocionais da população que sofre com as enchentes no Rio Grande do Sul. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 10, n. 5, p. 5378-5390, 2024.

STEIN, Dan J.; PALK, Andrea C.; KENDLER, Kenneth S. What is a mental disorder? An exemplar-focused approach. **Psychological medicine**, v. 51, n. 6, p. 894-901, 2021.

TORETI, A., BAVERA, D., ACOSTA NAVARRO, J., ARIAS MUÑOZ, C., BARBOSA, P., de JAGER, A., DI CIOLLO, C., FIORAVANTI, G., GRIMALDI, S., HRAST ESSENFELDER, A., MAETENS, W., MAGNI, D., MASANTE, D., MAZZESCHI, M., MCCORMICK, N., SALAMON, P., Drought in Europe - August 2023, **Publications Office of the European Union**, Luxembourg, 2022.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. Trad.: Oliveira, L. Londrina, PR: Eduei, 2012.

VERPLANKEN, Bas; MARKS, Elizabeth; DOBROMIR, Alexandru I. On the nature of eco- anxiety: How constructive or unconstructive is habitual worry about global warming? **Journal of Environmental Psychology**, v. 72, p. 101528, 2020.

WONG, X.; HUANG, Y. Record-breaking wildfires in China's Yangtze River basin during the 2022 heatwave. **Natural Hazards**, v. 114, p. 1-18, 2022.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Mental health and Climate Change**: Policy Brief. Geneva: (WHO). Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789240045125>>. Acesso em: 16 jun. 2024, 2022.

WORLD METEOROLOGICAL ORGANIZATION (WMO). Disponível em:

<https://public.wmo.int/>. Acesso em : 16 jun. 2024, 2023.

WRIGHT, Katherine. Pining for the present: Ecological remembrance and healing in the armidale state forest. **Environmental Philosophy**, v. 9, n. 1, p. 109-126, 2012.

WU, Judy; SNELL, Gaalen; SAMJI, Hasina. Climate anxiety in young people: a call to action. **The Lancet Planetary Health**, v. 4, n. 10, p. e435-e436, 2020.